AS AGENDAS CIVIS PARA A AMAZÔNIA: BALANÇO E PERSPECTIVAS*

*Camila Maria Rizzo Sales***

Resumo: Vista como cenário da salvação ambiental do planeta, a Amazônia tem despertado o interesse internacional. Por sua vez, no Brasil, depois do fim dos governos militares, com advento da Nova Ordem Mundial e o avanço das políticas neoliberais, surgem diferentes agendas estratégicas civis para a Amazônia no século XXI. Enquanto isso, as preocupações militares com a região centraram-se principalmente no risco de sua internacionalização. Neste quadro, este trabalho busca analisar as agendas estratégicas civis para a Amazônia, apresentando assim um quadro das convergências e divergências entre estas. Em termos metodológicos, numa primeira etapa, a pesquisa consistiu na análise de documentos das principais agendas, denominadas: Agenda 21, agenda local e agenda nacionalista crítica. Efetuou-se também a leitura da bibliografia disponível sobre a Agenda 21 e de alguns trabalhos teóricos sobre a questão do desenvolvimento sustentável, escritos de representantes da agenda nacionalista crítica e das elites locais. Como resultado, foi possível inferir que existem divergências quanto às propostas para a região amazônica, que vão desde políticas ambientais de cunho mundial para a região até propostas da elite regional visando o pleno desenvolvimento econômico, passando por uma agenda nacionalista de esquerda, que procura partir do local para o global.

Palavras-chave: Amazônia, agenda estratégica, política ambiental.

INTRODUÇÃO

Desde 1972, quando foi realizada a Conferência de Estocolmo, a comunidade científica internacional, as lideranças políticas e comunitá-

* Esta é uma versão reduzida da monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos em 2003, sob a orientação do Professor Doutor João Roberto Martins Filho, a quem vão meus mais sinceros agradecimentos.

** Mestranda em Ciência Política na Unicamp.

rias e os órgãos de comunicação de massa têm aumentado sua preocupação com as pressões demográficas, econômicas, sociais e ecológicas sobre os ecossistemas. A Amazônia, como era de se esperar, tem recebido atenção especial desde então. De acordo com Héctor Leis, as questões ambientais envolvem dimensões e atores diferentes que implicam em tomadas de decisões que são verdadeiros dilemas (1997). A complexidade destes dilemas está centrada no fato paradoxal de a humanidade ter recursos financeiros, técnicos e científicos para entender os problemas ecológicos mas, por outro lado, não ter meios éticos e políticos para enfrentá-los (Hardin, 1968). A questão amazônica certamente enquadra-se na situação descrita acima. Por isso, a importância de se analisar o que vem sendo pensado a respeito da região.

A imagem mais comum que se tem da Amazônia é a de uma imensa extensão de terras onde o elemento de identificação é a natureza exuberante. A Amazônia tem despertado cada vez mais o interesse internacional, principalmente a partir da segunda metade da década de 80, quando os meios de comunicação de massa fazem com que o mundo tome conhecimento da degradação ambiental que vinha acontecendo na região. Assim, a região amazônica é inserida num debate globalizado marcado pelo movimento ambientalista que por vezes coloca a região como salvação ambiental do mundo. No Brasil, depois do fim dos governos militares, com o advento da Nova Ordem Mundial e o avanço das políticas neoliberais surgem diferentes agendas estratégicas civis¹ para a Amazônia no século XXI. Por sua vez, as preocupações militares com a região nos anos 90 centram-se principalmente, no risco de sua internacionalização².

Neste quadro, o objetivo principal deste artigo é fazer uma análise breve das agendas estratégicas civis para a Amazônia. A temática deste

¹ Segundo a definição de Bertha K. Becker, as agendas são “instrumentos de poder pelo fato de incluírem ou excluírem o que será discutido”. (BECKER, 1996, p. 201)

² Ver MARTINS FILHO, João R. Forças Armadas, Soberania Nacional e Defesa da Amazônia. *Estudos de História*. Unesp, Franca, v. 8 número 1, 2001a.

texto centra-se portanto, no diagnóstico e estudo de três agendas civis para a Amazônia: a primeira que se mostra como um produto do avanço da globalização e tem como principal expoente a “Agenda 21”; a segunda, a da corrente nacionalista crítica aos efeitos do desenvolvimento capitalista e, mais recentemente, da globalização, com destaque para as formulações de Bertha K. Becker e Aziz N. Ab'Sáber; a terceira e última corrente visa, fundamentalmente, o desenvolvimento regional e é representada pelas posições de Samuel Benchimol, economista e amazonista residente em Manaus, sensível às expectativas das elites locais quanto ao desenvolvimento econômico. Deste modo, a primeira vem de uma visão mais global da ecologia enunciando propostas que serviriam, a princípio, a qualquer parte do mundo³, as duas últimas agendas enunciadas, partem de outro foco, mais centradas nas perspectivas do país ou da região.

A Amazônia ocupa cerca de 1/20 da superfície terrestre numa área de 6.500.000 km² que abrange quase a metade da América do Sul, estendendo-se por 8 países: Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Guiana, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa. Na Amazônia estão 1/3 das reservas florestadas e 1/5 da água doce disponível e 1/10 da biota universal. Aproximadamente 63% da área florestada encontra-se em território brasileiro, o que corresponde a 3/5 da área total do país (Benchimol, 1992; Becker, 1998).

O fascínio pela região amazônica vem desde sua descoberta e início de sua exploração. As primeiras incursões são de origem inglesa e holandesa e datam do início do século XV. Os portugueses chegaram à Amazônia em 1616 com o firme propósito da formação de um império lusitano, tendo as drogas do sertão como fundamento econômico da expansão territorial e da política portuguesa para manutenção do território. Além disso, no século XVII, o interesse pela Amazônia é despertado por uma literatura de divulgação e propaganda da região. Porém, a Ama-

³ A “Agenda 21 Brasileira” centra-se na perspectiva nacional, mas foi elaborada a partir dos paradigmas enunciados na “Agenda 21 Global”, assim, não é considerada neste trabalho como efetivamente nacional.

zônia adquire posição privilegiada no cenário internacional, até onde se pode verificar, a partir do final do século XIX e início do século XX, com o ciclo da borracha e o estabelecimento de firmas exportadoras que eram em sua maioria empresas estrangeiras instaladas em cidades como Belém e Manaus (Reis, 1982).

A internacionalização da Amazônia era vista por Arthur Cezar Ferreira Reis, assim como por Osny Duarte Pereira e Arthur Bernardes, como um perigo iminente. A ocupação da Amazônia configurava-se como questão de segurança nacional: “a Amazônia está na mira dos organismos internacionais, que vêem nela o espaço disponível para o futuro” (Reis, 1982 p. 212).

Assim, colocam-se as primeiras preocupações em relação à importância da Amazônia no cenário político nacional e internacional. Os autores acima citados figuram como os precursores da inquietação a respeito da possibilidade de internacionalização da região amazônica, o que posteriormente viria a influenciar tanto os militares, os estudiosos civis como o amazonista Samuel Benchimol.

AS AGENDAS CIVIS PARA A AMAZÔNIA

Agenda 21

Para o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, uma agenda expressa intenções e desígnios para a mudança de um modelo de significações (MMA, www.mma.gov.br). Segundo Feldmann, foram necessários 20 anos após a Conferência de Estocolmo para que surgisse “um documento que concretizasse uma política global para a preservação e o desenvolvimento sustentável” (1997, p. 9).

A Agenda 21 é um documento consensual, composto por 40 capítulos, para o qual contribuíram representantes de 179 países, com o objetivo de estabelecer um novo padrão de desenvolvimento, que se apóie

em práticas sustentáveis - tanto no aspecto ambiental como econômico e social. Conforme Barbieri, a Agenda 21 consolida diversos relatórios, tratados e protocolos com o objetivo de se alcançar o desenvolvimento sustentável e constitui “uma espécie de manual para orientar as nações e suas comunidades nos processos de transição para uma nova concepção de sociedade”. (2001, p. 65). É bom lembrar, porém, que ela não passa de um plano de intenções, que faz um inventário de problemas da humanidade e das providências para enfrentá-los. Sua implementação depende da vontade política dos governantes, mas apesar disto a Agenda 21 consagra a importância das comunidades, do poder local, das ONGs tendo como aspectos estratégicos a geração de emprego e renda, a diminuição das desigualdades, novos modelos de gestão, cidades sustentáveis, etc. Neste sentido é um documento capaz de ser implementado na esfera local sem perder de vista os aspectos globais colocando em prática o ideal de “pensar globalmente e agir localmente”.⁴ É importante perceber que, diferentemente da Conferência de Estocolmo, a Eco 92 foi orientada para o desenvolvimento e a Agenda 21 não é simplesmente uma agenda ambiental, é uma agenda de desenvolvimento sustentável que tem o meio ambiente como questão de importância maior.

O Capítulo 1 da agenda corresponde ao preâmbulo e aponta os problemas por que a humanidade vem passando, explicitando a importância da cooperação internacional na busca do desenvolvimento sustentável. Os demais capítulos são divididos em 4 seções que tratam: 1) da Dimensão Social e Econômica; 2) do Gerenciamento e Conservação dos Recursos para o Desenvolvimento; 3) das Funções dos Grupos Majoritários e 4) dos Significados das implementações.⁵

⁴ “Pensar globalmente e agir localmente” é uma expressão atribuída a Henzel Henderson, autora do texto *Thinking Globally and Acting Locally: Ethic for the Dawning Solar Age*. New York, Anchor Books, 1981.

⁵ Para resumos da Agenda 21 ver: BARBIERI, 2001 e SATO e SANTOS, 1999. Para texto completo ver: Agenda 21.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente a Agenda 21 tem uma série de conceitos-chave para fundamentar sua implementação, tais como: cooperação e parceria, - que devem ser efetuadas pelos diferentes países e dentro destes entre os vários segmentos de poder; educação e desenvolvimento individual; equidade e fortalecimento dos grupos vulneráveis; planejamento; desenvolvimento da capacidade institucional e informação.

Por ser um documento assinado por 179 países dos mais diferentes graus de desenvolvimento econômico, cultural, político e social, a agenda apresenta posições em certos aspectos conflitantes.

Em seu aspecto mais amplo, a Agenda 21 expressa um consenso global de responsabilidades políticas para integração entre desenvolvimento e meio ambiente, discutindo estratégias e planejamentos das Nações Unidas para a cooperação internacional. Para que isto seja concretizado é necessário apoio financeiro e tecnológico dos países industrializados. Contudo, grande parte do que foi proposto na Agenda 21 e nos outros documentos produzidos pela CNUMAD, não saiu do papel. As restrições mais graves para essa implementação estão no aspecto financeiro.

Em nossa análise, alguns aspectos tratados pela “Agenda 21” tornam-se mais relevantes para nosso projeto, pois se ligam mais diretamente à questão e ao cenário da Amazônia. Neste sentido, os capítulos 11 e 12 tratam respectivamente do combate ao desflorestamento e do combate à desertificação e à seca e os capítulos 16 e 18 tratam do gerenciamento da biotecnologia e da proteção e gerenciamento das águas doces. Segundo o capítulo 11, as florestas são recursos naturais renováveis que, se bem gerenciados, geram produtos e serviços para o desenvolvimento local e nacional. Como as florestas tropicais têm sido altamente devastadas, o Estado deve investir no reflorestamento, em pesquisas e no artesanato local além de incentivar o turismo ecológico e programas educacionais. O capítulo 12 trata mais especificamente do gerenciamento do uso do solo e de águas potáveis, da aceleração do reflorestamento e da

implementação de programas antidesertificação. Conforme o capítulo 16, o gerenciamento da biotecnologia deve contribuir para o aperfeiçoamento de programas de reflorestamento de áreas degradadas, tratamento da água, preservação da diversidade biológica, entre outros. Por fim, o capítulo 18 defende que a proteção e o gerenciamento de águas doces requerem novas tecnologias, mas que resgatem o saber indígena, para que a água potável seja um direito de todos os cidadãos (Sato e Santos, 1999).

Agenda nacionalista crítica

Como característica principal desta agenda destaca-se a preocupação tanto ecológica quanto social. Assim, para esta visão, faz-se necessária uma identificação dos problemas ambientais, mas também e não com menor importância, dos problemas sociais, considerando as aspirações das comunidades locais para uma proposta de política ecodesenvolvimentista que buscaria modelos de exploração econômica menos predatórios e ao mesmo tempo socialmente justos. O respeito às populações locais e à sua cultura, uma economia fundada nas noções do ecodesenvolvimento, a intensificação das pesquisas científicas e mesmo uma maior democracia na distribuição de renda são pontos fundamentais da construção da agenda nacionalista crítica: “A Amazônia exige uma visão complexa do meio ambiente que não dissocie ecologia de justiça social, da cidadania” (Gonçalves, 2001 p.10). Coloca-se, portanto, um desafio: que é pensar a questão social junto com a questão ecológica.

O elemento distintivo desta agenda está no fato dela levar em conta não apenas as especificidades regionais, mas os desejos das populações que habitam a Amazônia além da busca de conciliação entre ambientalismo e justiça social. Assim, situa-se no caminho intermediário entre a visão predominantemente ecológica e a predominantemente desenvolvimentista:

“... de um lado, aqueles que tinham uma visão restrita da problemática ecológica, destituída de sua dimensão socio-

política, predominante entre os ambientalistas do Primeiro Mundo e, de outro lado, aqueles que tinham uma visão mais complexa dessa problemática, quase sempre os diretamente envolvidos com a região amazônica” (Gonçalves, 2001, p. 62).

“... a visão de ecologia predominante entre os ambientalistas do Primeiro Mundo é destituída de preocupações com a questão social. Nesse sentido, para o Primeiro Mundo a Amazônia interessa pelas suas implicações ecológicas (biodiversidade e efeito estufa, sobretudo) para o equilíbrio global do planeta” (Gonçalves, 2001, p.61)

O diferencial da agenda nacionalista crítica coloca-se, portanto, em dois planos: o primeiro, como já expressado, aponta as diferenças desta com a visão estritamente ambientalista. O segundo faz com que a agenda nacionalista crítica se diferencie dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, ligados mais fortemente aos militares e à questão da soberania nacional, em que estão associados pecuaristas, madeireiros, mineradores, construtores, etc.

Para um dos representantes da corrente nacionalista crítica, Carlos Walter Porto Gonçalves, o modelo de desenvolvimento que tem sido imposto à Amazônia vem de pessoas estranhas à região, estrangeiros ou brasileiros não amazônidas. Isto é, o que tem se imposto é uma visão sobre a Amazônia e não uma visão vinda da Amazônia: “mais uma vez observa-se uma visão da região se impondo à visão dos que são da região” (2001, p.124). Este, como já mencionado, é um elemento importante da construção da agenda em questão, visto que valoriza o saber local priorizando propostas que sejam baseadas nas realidades territoriais e sociais da Amazônia. Para isto, a ciência representa papel indispensável. Apenas com conhecimento e pesquisas científicas é possível listar e propor soluções para os problemas emergentes em cada sub-região e pensar estruturas modernizantes para atender às populações regionais desenvolvendo as vocações econômicas auto-sustentadas, programas de educação e saú-

de, além da criação de um Conselho da Amazônia, composto por técnicos, cientistas e políticos (Ab'Sáber, 1996 a).

Uma política integrada de desenvolvimento ambientalmente correto e socialmente justo para a Amazônia, que pense esta região a partir de seus próprios paradigmas (de modo geral é isto que esta agenda busca) necessita, antes de qualquer coisa, que haja uma maior integração entre os diferentes órgãos governamentais.

Vai, nesse sentido, o cenário desenhado por Bertha Becker, que propõe “contribuir para um projeto nacional, neodesenvolvimentista e com compromissos sociais e ambientais” (2001 p. 155). O grande desafio é compatibilizar a expansão econômica e a sustentabilidade social e ambiental. Esta é a proposta da autora para a Amazônia, baseando-se na crença de que as alternativas de desenvolvimento da região devem aproveitar o saber local:

“... há possibilidade para implementar um padrão de desenvolvimento sustentável, baseado na circulação fluvial modernizada e em produtos especiais para mercados sofisticados, tais como, a biotecnologia, a madeira certificada, pesca, óleos e essências, além da criação de áreas especiais e fortalecimento da defesa das fronteiras” (Becker, 2001 p. 157).

Esta agenda estratégica tem como um de seus principais expoentes, se não o maior deles, o geógrafo Aziz Nacib Ab'Sáber. Dentro do que foi analisado da obra deste autor, é possível inferir claramente uma agenda para a região amazônica. A título de análise, as proposições de Ab'Sáber conjugadas com as propostas de outros autores que se enquadram na mesma agenda, foram categorizadas. Contudo é preciso lembrar que as propostas se interligam. Desta maneira vale ressaltar que esta divisão pode dar-se de inúmeras formas, sendo que a escolhida aqui tem a seguinte configuração: apresentação do zoneamento ecológico e econômico; estudo das propostas relativas ao aproveitamento e cuidado das

florestas; as políticas de uso da terra; dos recursos hídricos e do subsolo amazônico. Na descrição e no cruzamento destas questões aparecem informações relacionadas aos conflitos, à população local e seu saber, ao papel do governo e a idéia de última fronteira.

De acordo com Violeta R. Loureiro um dos grandes equívocos em relação à Amazônia é considerá-la um macro sistema homogêneo, não considerando as diferenças evidentes numa região tão grande quanto a Amazônia, que compreende cerca de 59% de território brasileiro, que podem ser geográficas, ecológicas, climáticas, sociais e econômicas (Loureiro, 2002). O zoneamento ecológico e econômico compreende um estudo aprofundado das vocações de cada subespaço regional utilizando-se do critério ecodesenvolvimentista, descartando metodologias genéricas que perdem objetividade quando aplicadas a regiões morfoclimáticas diversas. Para qualquer projeto de zoneamento ecológico e econômico é de suma importância que a avaliação da região esteja sob a tutela de uma equipe multidisciplinar, para que não se caia no erro de considerar um espaço econômico o correspondente imediato de um espaço ecológico. A identificação das aptidões de cada área e o planejamento integrado baseado em estudos socioeconômicos regionais têm papel crucial no desenvolvimento ecologicamente correto e socialmente justo da região Amazônica, desempenhando um papel de orientador da ocupação dos espaços. Desta forma, uma correta operação de zoneamento ecológico e econômico, com uma cartografia adequada, baseada em diretrizes ecodesenvolvimentistas, promoverá um desafio ao subdesenvolvimento da região (Ab'Sáber, 1996).

“Um esforço para realizar um zoneamento dito ecológico e econômico, de um espaço geográfico da ordem de grandeza de um grande domínio morfoclimático e fitogeográfico, é uma tarefa que implica muitos pressupostos. (...) Implica um cruzamento dos conhecimentos sobre os fatos fisiográficos e ecológicos com os fatos da conjuntura econômica, demográfica e social da região. Além disso, tem

que se proceder a uma avaliação do papel que as cidades e a rede urbana preexistente podem desempenhar nos processos de desenvolvimento incentivado". (Ab'Sáber, 1996b, p. 12)

O zoneamento ecológico e econômico da região amazônica busca integrar duas situações reais: "as regiões tradicionais existentes nos mais diversos quadrantes da Amazônia e a identificação, no meio delas ou entre elas, de áreas críticas que merecem tratamento prioritário e polivalente" (Ab'Sáber, 1996b, p.27). Este modelo visa a elaboração de planos e estratégias coerentes para a região na busca de um futuro macroplano diretor "que não seja mais uma fantasia colorida ou uma distorção escalar, dirigida para o extraordinário universo físico e social da Amazônia" (Ab'Sáber, 1996b, p.29).

AGENDA LOCAL

Podemos passar agora para a última agenda, vinculada aos interesses das elites locais. Para Benchimol, a Amazônia está no cerne de uma disputa entre preservação, planetização e desenvolvimento. Desde meados da década de 80, a região torna-se, deusa e demônio de uma nova mitologia ecológica. Além disso, encontra-se no foco da atenção mundial por ser a região que abriga o maior banco genético do planeta, por atuar como reguladora do ciclo hidrológico, por ser fonte de calor e manutenção da circulação atmosférica, emissora de CO₂ resultante das queimadas, guardiã da biodiversidade, repositória de variedades genéticas, refúgio de culturas tribais, fonte de recursos naturais, uma possível garantia para a dívida externa brasileira e uma base geopolítica importante, entre outros motivos (Benchimol, 1992, p. 175 e ss.).

Assim, considera que uma região tão grande e complexa que é ainda pouco conhecida e compreendida despertou a atenção do mundo pelas suas muitas atribuições, porém inúmeras falácias foram divulgadas

sobre a Amazônia, o que fez com que a região fosse vítima de generalizações, preconceitos, fantasias e delírios de destruição, muitas vezes baseados em conhecimentos obsoletos. Desde a tese do “Pulmão do Mundo”, que segundo Benchimol, ganhou *status* de verdade na “ecologia populista”, até a crença dos senadores americanos Tim Wirth, Albert Gore e John Heinz de que o efeito estufa seria causado pelas queimadas na Amazônia, o que tirava a responsabilidade dos países desenvolvidos, maiores emissores de CO₂ na atmosfera e a colocava sobre a Floresta Amazônica e os brasileiros. Hoje, sabe-se que a emissão de dióxido de carbono causada pelas queimadas nas florestas da Amazônia e pelo Brasil como um todo, é insignificante se comparada aos países de maior grau de desenvolvimento econômico (Benchimol, 1989).

O amazonista acredita que o processo de expansão da fronteira humana, econômica e social, ou seja, o processo de desenvolvimento econômico e social da região amazônica está sob questionamento, tanto interno quanto externo e parte da crítica a estas duas dimensões para fundamentar um cenário considerado por ele ideal, em que seriam conjugados desenvolvimento econômico, social e político com preservação ambiental.

Para ele, o problema estava na viabilidade de se continuar investindo em infra-estrutura e em empreendimentos na região, visto os altos custos e a distância do centro econômico do país. De acordo com Benchimol, esta é a questão de uma considerável parcela da sociedade do sudeste e do sul, que defende os interesses dos grupos enraizados nestas regiões e que reflete a perda da prioridade amazônica dentro dos projetos nacionais.

É importante salientar que, para Samuel Benchimol, a Amazônia deve ser definida como prioridade nacional, visto a importância desta região na regulação do ciclo hidrológico do planeta, na reciclagem do clima mundial e a enorme biodiversidade que a região amazônica abriga, além de estar no cerne da preocupação e do interesse dos países desen-

volvidos. De acordo com ele, a Amazônia perdeu o *status* de prioridade nacional principalmente durante o governo Collor quando os grandes projetos de incremento da infra-estrutura regional foram minimizados e muitas vezes desativados. A perda da prioridade amazônica dentro da política brasileira, segundo este autor, pode trazer como conseqüências futuras a renúncia da soberania e independência nacional.

“... a desistência e perda da prioridade amazônica determinariam, por via de conseqüência, a renúncia da plena e integral soberania e independência nacional. Soberania essa que vem sendo impugnada e contestada por eminentes políticos, autoridades ecológicas e cientistas do primeiro mundo” (Benchimol, 1992 p. 143).

Para o amazonista, máxima prioridade foi dada à região amazônica durante a década de 70, época em que a política de integração nacional teve maior amplitude, com o I Plano Nacional de Desenvolvimento cujos objetivos principais para a região eram a integração física, social e econômica da Amazônia com o Nordeste através da Transamazônica. Além disso, programas como os de colonização e povoamento do INCRA e o Programa de Integração Nacional (PIN) de 1970 são outros exemplos de projetos que tinham como região prioritária a Amazônia. Em 1974, foi criado o Polamazônia que compreendia 15 pólos que visavam o desenvolvimento regional⁶. Também na década de 70 foram desenvolvidos vários projetos, alvos de intensa discussão acadêmica e científica visto os grandes impactos ecológicos por eles causados. Dentre estes se podem destacar: o Projeto Trombetas da Companhia Vale do Rio Doce; o Projeto Grande Carajás; o Projeto Albrás-Alunorte e o Projeto Tucuruí, com as hidrelétricas de Balbina e Samuel (Benchimol, 1992).

⁶ As áreas selecionadas eram: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena e Marajó (Benchimol, 1992 p. 98).

Na visão aqui analisada, o questionamento externo traduz-se na forma da preocupação ambiental dos líderes dos povos industrializados e desenvolvidos, que colocam a Amazônia como símbolo da preocupação mundial sobre o destino do planeta, com o objetivo de manter íntegro seus ecossistemas, para que o restante da humanidade preserve seus padrões e tecnologias poluidoras.

Desta maneira, impõem uma política de forte restrição ao desenvolvimento econômico da região:

“... divulga-se a noção de que a melhor opção seria preservar a floresta e deixá-la intacta, pelo valor de sua biodiversidade, permitindo-se, apenas, o seu usufruto primitivo através das chamadas reservas extrativistas destinadas aos índios, seringueiros e outros povos da floresta” (Benchimol, 1992 p. 27).

A partir do que foi posto acima, é possível perceber que o autor acredita que a Amazônia, na década de 90, tem enfrentado o pior dos mundos visto que, segundo ele, são possíveis três cenários futuros para a região. O primeiro configura-se como o desdobramento da situação crítica atual, com a perda da prioridade regional nos planos nacionais - isto, fará com que sejam impostas fortes restrições ecológicas para o aproveitamento dos recursos madeireiros e minerais e construção de novas usinas hidrelétricas. O segundo cenário é o da “implementação de uma política fortemente restritiva do desenvolvimento econômico amazônico” (Benchimol, 2000 p. 31) imposta por ordem externa, pois os países desenvolvidos têm a pretensão de transformar a Amazônia num santuário da vida silvestre. Com isso, as lideranças científicas, técnicas e empresariais da região seriam perdidas e sem estas não é possível a implementação do desenvolvimento sustentável nas concepções do autor. É possível perceber que este é o cenário imposto pela chamada “paranóia ecológica”. O terceiro cenário propõe combinar e explorar as possibilidades positivas de alguns aspectos dos cenários anteriores, modificando os

modelos atuais de desenvolvimento para que a economia brasileira continue a crescer e volte a investir na Amazônia como prioridade nacional, pois a perda desta prioridade resulta na renúncia à soberania nacional, que vem sendo contestada por autoridades ecológicas e científicas dos países desenvolvidos sob a falsa acusação de que estamos destruindo a Amazônia. No conjunto, o diagnóstico é pessimista:

“A Amazônia entra no ano I da década de noventa sob o signo da crise, da recessão, do desemprego e do empobrecimento. Pior do que isso: entra, também, na era da regressão de sua fronteira agrícola, econômica e humana. Mais ainda, enfrenta o peso esmagador das limitações internas e dos constrangimentos externos” (Benchimol, 1992 p. 147).

Fica clara, nos textos de Benchimol sua postura pró-desenvolvimento econômico da região e uma crítica direta ao que chama de “paranóia ecológica”; esta, uma percepção unilateral dos países desenvolvidos, que buscam a preservação a todo custo da Amazônia. Tal unilateralidade, de acordo com Benchimol, faz com que estes países atuem fortemente nos organismos financeiros internacionais, para negar o financiamento de estradas, barragens, hidrelétricas, obstruindo assim, o desenvolvimento econômico e social da região. Grupos, organizações governamentais e não-governamentais opõem-se ao aproveitamento dos recursos naturais sob alegações de caráter ecológico radical e romântico. Seria uma nova forma de colonialismo ou imperialismo, travestidos agora de ambientalismo ou “paranóia ecológica”:

“A floresta amazônica, assim, deveria ser mantida e preservada como um santuário, para poder exercer a sua função de sumidouro do dióxido de carbono, produzido pelos países do hemisfério norte, manter a temperatura e o clima global em equilíbrio e sustentar, com a sua imensa biodiversidade, as necessidades genéticas da população futura” (Benchimol, 2000 p.30).

Desta maneira, o autor discute o conceito de “determinismo ecológico” que, para ele, busca “explicar a complexidade do mundo tropical através do enfoque ambientalista” (Benchimol, 1992 p.28), para transformar a Amazônia num santuário baseado em dois falsos pressupostos: o primeiro deles é uma supervalorização dos valores selvagens e naturais e o segundo uma subestimação da capacidade humana de inteligência e criatividade para adaptar-se, mudando técnicas e formas de exploração a fim de um melhor aproveitamento dos recursos. Esta visão faz com que, segundo ele, as relações do mundo tropical estejam sempre atreladas ao meio ambiente, que se torna todo poderoso, capaz de ser árbitro e regulador de um novo ordenamento territorial.

Nesse quadro, o autor volta sua preocupação à chamada planetização da Amazônia. A planetização da região seria promovida em nome da sobrevivência da humanidade, sem claros objetivos políticos. O processo planetizador seria fruto de uma obsessão conservadorista principalmente dos países desenvolvidos que acreditam que caberia à Amazônia restaurar a pureza original da Terra “sem levar em conta que a pior das poluições é a resultante da miséria e da fome” (Benchimol, 1989 p. 28), pois o processo planetizador é incompatível com a política de colonização, ocupação e integração da Amazônia, que tem por objetivo fundamental a promoção do desenvolvimento econômico. O objetivo último da planetização desta parcela do Brasil seria, nas palavras do amazônista “deixar livre para o resto do mundo, oxigênio, sombra e água fresca. E algumas trovoadas” (Benchimol, 1989 p. 27). Na sua análise, “A Amazônia, não pode, não deve, nem precisa ser planetizada para servir de santuário ecológico da humanidade, mas também não pode ser usada e abusada” (1992 p. 170). A planetização e o tombamento da Amazônia como patrimônio universal da humanidade já foi proposto, no final da década de 1970, pela Associação Mundial de Ecologia (Abdala, 2000).

É importante ressaltar a diferença entre o conceito de planetização, explicitado acima e internacionalização. Por este último entende-se

um processo que pode acontecer com ou sem a planetização, até mesmo dentro de um esquema nacionalista. Seria um processo de transferência e alienação da soberania política nacional em favor de uma entidade supranacional, com objetivos claramente políticos.

Tendo isto em vista é possível identificar que as propostas do autor caminham para a construção de um cenário voltado basicamente para o desenvolvimento regional e para o estabelecimento da região como prioridade dentro do cenário político nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que as discussões das agendas estratégicas civis acerca da Amazônia articulam-se sobre três concepções diferentes. A prioridade à preservação ecológica, ao desenvolvimento econômico ou ao fenômeno social. Temos portanto que cada uma das agendas analisadas dão maior ênfase a cada uma destas questões.

A Agenda 21, que é um consenso formal entre 179 países estabelecido durante a Rio-92, vem, portanto, de uma esfera supranacional. Esta agenda trata a questão ambiental de modo mais abrangente e globalizado, primando pela preservação ambiental. É bastante interessante perceber que para esta agenda o desenvolvimento econômico é bem vindo desde que não abale o meio ambiente, ou seja desde que os recursos naturais não sejam abalados em nome deste desenvolvimento.

A agenda nacionalista crítica situa-se no meio do caminho entre a visão predominantemente ecológica e a predominantemente desenvolvimentista. Esta agenda coloca o foco de sua linha de ação nas relações sociais estabelecidas num dado ambiente. Defende que a Amazônia deve fazer parte de um projeto nacional, diferente do que foi desenvolvido durante os governos militares; o projeto amazônico segundo a agenda nacionalista crítica deve ser neodesenvolvimentista e com compromissos sociais e ambientais. A política ecodesenvolvimentista proposta por esta

agenda deve basear-se nos anseios das comunidades locais aproveitando seus saberes.

A terceira agenda enfatiza o desenvolvimento econômico e estrutural da região. Ao contrário da Agenda 21, para a agenda local, vinda de um setor específico da comunidade amazônica, a preservação ambiental “se justifica até certo ponto”, isto é, ela é bem vinda desde que não atrapalhe os ideais de desenvolvimento econômico, pois de acordo com esta agenda se a preservação for tomada de forma radical torna inviável a vida e o trabalho da população local. Para esta agenda o modelo de desenvolvimento estabelecido pelos militares, principalmente na década de 70, deve ser resgatado. Desta maneira, maiores investimentos em infraestrutura devem ser realizados.

O que se percebe é que ainda não existe uma política totalmente integrada para a região amazônica, nas políticas empreendidas pelo governo federal, por exemplo, verifica-se que elementos das três agendas aqui analisadas são empreendidos nos projetos para a região. Não se traçou ainda, um plano coerente de ação quanto à Amazônia.

Pôde-se verificar também, o consenso formal que se estabeleceu quanto ao conceito de “desenvolvimento sustentável”. Este passa a ser, pelo menos no plano retórico elemento de certificação de qualidade ambiental, ou seja, configura-se como uma espécie de embalagem cultural que atesta a preocupação com a preservação dos recursos naturais. O problema que se coloca é que este conceito não está ainda claramente definido, não se estabeleceu ainda o que realmente significa ser sustentável.

Desta forma, o trabalho apresentado acima analisou as três agendas estratégicas civis para a Amazônia diagnosticadas traçando um quadro, ainda que inicial das convergências e divergências que existem entre elas.

Abstract: The Amazon region has been in the centre of the international concern because it has been seen as an environmental salvation of the world. In Brazil, after the military governments, different strategic agendas appeared. However, the military con-

cern is centred in the risk of internationalization of the region. So, this article intends to analyse the civil strategic agendas for the Amazon, showing the points in which there is proximity and differences. Methodologically, the first part of the research was the analysis of the main documents of the agendas, named: Agenda 21, the local agenda and the critical and nationalist agenda. It has also been read part of the existent bibliography about the Agenda 21 and the sustainable development. As a result, we could conclude that there is some differences in the proposals to the region.

Keywords: Amazon, strategic agenda, environmental politics.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA, F. A. *Poder da floresta: ecologia e política internacional na Amazônia*. Campinas, SP 2000. Dissertação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- AB'SÁBER, A. N. Meditações sobre a Amazônia sul-americana: introdução conceitual. In PAVAN, C. *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*, São Paulo: Editora da Unesp, 1996a, pp. 88-105.
- AB'SÁBER, A. N. *Amazônia – do discurso à praxis*. São Paulo: Edusp, 1996b.
- BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente – as estratégias de mudanças da “Agenda 21”*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BECKER, B. K. Significado geopolítico da Amazônia. Elementos para uma estratégia. In PAVAN, C. *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*, São Paulo: Editora da Unesp, 1996, pp. 187-203.
- BECKER, B. K. *Amazônia*. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BECKER, B. K. Modelos e Cenários para a Amazônia: o papel da ciência. *Parcerias Estratégicas*, número 12, Setembro de 2001. Ministério da Ciência e Tecnologia.
- BENCHIMOL, S. *Amazônia, a guerra na floresta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- BENCHIMOL, S. *Amazônia: planetização e moratória ecológica*. São Paulo: CERED, 1989.
- BENCHIMOL, S. A Amazônia e o Terceiro Milênio. *Parcerias Estratégicas*, número 9, Outubro de 2000. Ministério da Ciência e Tecnologia.
- FELDMANN, F. Introdução. In: *Agenda 21*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997.
- GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons, 1968. (disponível na internet - vários sites)
- LEIS, H. Para uma genealogia do ambientalismo, *Cadernos de Pesquisa*, n.º 9, Março, 1997.
- LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, nº 45, pp. 107-121, 2002.
- MARTINS FILHO, J. R. Forças Armadas, Soberania Nacional e Defesa da Amazônia. *Estudos de História*. Franca, v. 8 no. 1, 2001a.
- REIS, A. C. F. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- SATO, M. e SANTOS, J. E. *"Agenda 21" em sinopse*. São Carlos: E-DUFSCar, 1999.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SÁBER, A. N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira, *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, nº 45, pp. 7-30, 2002.
- ALTVATER, E. *O Preço da Riqueza*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- BENCHIMOL, S. Grupos culturais na formação da Amazônia brasileira e tropical. *Encontro Nacional de Tropicologia*, Recife; Anais, 1985 pp. 115-144.

- BENCHIMOL, S. Pólos alternativos de desenvolvimento, site: www.ficam.org.br, 1997.
- CHESNAIS, F. e SERFATI, C. Ecologia e as condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo Editorial, nº 16, pp. 39-75, 2003.
- GARRIDO FILHA, I. Manejo florestal: questões econômico financeiras e ambientais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, nº 45, pp. 91-106, 2002.
- HALL, A. L. *Amazônia - desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, nº 45, pp. 37-61, 2002.
- LEONELLI, D. *Uma sustentável revolução na floresta*. São Paulo: Viramundo, 2000.
- MARTINS FILHO, J. R.. A visão militar sobre as 'novas ameaças' no cenário da Amazônia brasileira. Texto apresentado no Seminário Internacional "Argentina e Brasil frente às novas ameaças" realizado nos dias 01 e 02 de Agosto de 2001 na Universidade Estadual de Campinas, organizado pelo Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp e Centro de estudos Latino-Americanos da Unesp, 2001.
- MARTINS FILHO, J. R. O debate recente sobre a defesa da Amazônia: novos temas, velhas preocupações. Texto ainda não publicado, cedido pelo autor, 2003.
- NOVAES, W. As trilhas do fogo e outras trilhas, *O Estado de S. Paulo*, 24-09-1999.
- NOVAES, W. Um caminho para a Amazônia, *O Estado de S. Paulo*, 31-03-2000.
- NOVAES, W. Estratégia para novos tempos, *O Estado de S. Paulo*, 02-02-2001.

- NOVAES, W. Amazônidas, *O Estado de S. Paulo*, 16-03-2001.
- NOVAES, W. Privilégio desperdiçado, *O Estado de S. Paulo*, 06-07-2001.
- NOVAES, W. O chão fugindo sob os pés, *O Estado de S. Paulo*, 27-07-2001.
- NOVAES, W. Não fugir aos conflitos, *O Estado de S. Paulo*, 26-04-2002.
- NOVAES, W. Quem é birrento?, *O Estado de S. Paulo*, 10-05-2002.
- NOVAES, W. Impasse Globalizado, *O Estado de S. Paulo*, 14-06-2002.
- NOVAES, W. A ciência ou o dedo de Deus, *O Estado de S. Paulo*, 21-6-2002.
- NOVAES, W. A agenda do bom senso, *O Estado de S. Paulo*, 05-07-2002.
- O Guararapes, 25, abril/junho 2000.
- PEREIRA, O. D. *Desnacionalização da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Atualidades, 1954.
- PROCÓPIO, A. *Amazônia - ecologia e degradação social*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1992.
- REIS, A. C. F. A colonização portuguesa da Amazônia e a teoria luso-tropológica de Gilberto Freyre. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro, 1962, pp. 412-417.
- Revista Amazônia 21, números: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 16.
- SANTOS, B. A. Recursos minerais da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, nº 45, pp. 123-152, 2002.
- TEIXEIRA, L. A. *A Amazônia na Governança Global: o caso PPG-7*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- VIGEVANI, T. Meio ambiente e relações internacionais. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano I - nº 1, 1997.

SITES

www.mma.gov.br
www.abrasil.gov.br
www.sivam.gov.br
www.senado.gov.br
www.camara.gov.br